



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria-Geral

Contratação de serviços de suporte às equipes de gestão tecnológica da Diretoria de Tecnologia da Informação do TJGO mediante o uso de Unidades de Serviços Técnicos (UST's) como métrica de serviços para atendimento de 1º, 2º e 3º nível, que entre si celebram o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS-FUNDESP/PJ** e a empresa **GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL S/A**.

Pelo presente contrato firmado à vista dos autos nº **202112000310065**, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS-FUNDESP/PJ**, situado na Av. Assis Chateaubriand, nº 195, Setor Oeste, Goiânia/GO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.050.330/0001-17, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **Rodrigo Leandro da Silva**, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta Capital, e a empresa **GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL S/A**, situada à Av. Yojiro Takaoa, nº 4384, cj. 1010, 10º andar, Alphaville, Santana de Parnaíba/SP, CEP 06.541-038, fone (61) 3426-3248, (61) 98402-1626, (61) 99277-5570, e-mail: [licitacoes@globalweb.com.br](mailto:licitacoes@globalweb.com.br), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.130.013/0001-64, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **karina Boner Léo Silva**, Portadora da Carteira de Identidade nº 2.330.861 SSP/DF e inscrita no CPF/MF sob o nº 003.064.231-03 e por **Tatiane Araújo Pereira**, Portadora da Carteira de Identidade nº 2.186.244 SSP/DF e inscrita no CPF/MF sob o nº 007.291.271-50, têm entre si justo e combinado o presente contrato, oriundo da licitação realizada conforme Edital nº 43/2021, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, sob sujeição às normas da Lei nº 10.520/2002, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 17.928/2012 com suas alterações, observadas, ainda, as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente pacto a contratação de serviços de suporte às equipes de gestão tecnológica da Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de

Esse documento foi assinado por Karina Boner Léo Silva e Tatiane Araujo Pereira. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/D2XZP-M3Q4W-ZR79V-88ZFA>

Av. Assis Chateaubriand, 195, St. Oeste, Goiânia Goiás – CEP 74130-011 – Telefone (62) 3236-5201 - [www.tjgo.jus.br](http://www.tjgo.jus.br)

Assinado digitalmente por: RODRIGO LEANDRO DA SILVA, DIRETOR(A) GERAL, em 04/02/2022 às 14:24.

Para validar este documento informe o código 494187854938 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>





## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria-Geral

Justiça do Estado de Goiás mediante o uso de Unidades de Serviços Técnicos (UST's) como métrica de serviços para atendimento de 1º, 2º e 3º nível, conforme especificações contidas no Edital nº 43/2021 e seus anexos.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Este Contrato vincula-se ao Pregão Eletrônico nº 43/2021 (Proad nº 202106000280466), ao Termo de Referência, à Proposta de Preços da CONTRATADA, às Notas de Empenho e demais documentos que compõem o processo mencionado, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor da contratação é de R\$ 6.400.000,00 (seis milhões e quatrocentos mil reais), previsto, também, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a fim de fazer frente aos deslocamentos, quando demandados.

**Parágrafo único.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### CLÁUSULA QUARTA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

**4.1.** O pagamento será realizado mensalmente no prazo máximo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado;

**4.2.** Para execução do pagamento, a contratada deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível, em nome do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário, CNPJ nº 02.050.330/0001-17, o nome do banco, o número de sua conta bancária e a respectiva agência;

**4.3.** A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria-Geral

habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz;

**4.4.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o Tribunal de Justiça atestar a execução do objeto do contrato;

**4.5.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio das certidões previstas no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

**4.6.** Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar igualdade de CNPJ, ressalvando-se aquele que o próprio órgão emissor declara expressamente no referido documento que ele é válido para todos os estabelecimentos sede e filiais da CONTRATADA;

**4.7.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

**4.8.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

**4.9.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta às certidões de regularidade fiscal para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

**4.10.** Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

**4.11.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

**4.12.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria-Geral

improcedente, o Tribunal de Justiça comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

**4.13.** Persistindo a irregularidade, serão adotadas as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa e o contraditório;

**4.14.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao órgão correspondente;

**4.15.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Tribunal de Justiça;

**4.16.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

**4.17.** A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**4.18.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria-Geral

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros destinados a esta contratação correrão, neste exercício à conta da Dotação Compactada nº. 2022.0452.003, Programa de Trabalho nº 2022.0452.02.061.1024.2087, Natureza de Despesa nº 3.3.90.40.16, conforme Notas de Empenho nºs 28 e 29, emitidas em 2.2.2022, no valor de R\$ 5.439.999,98 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos) e R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), respectivamente.

### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

#### 6.1. A CONTRATADA deve:

- a. Responsabilidade em relação aos seus empregados, por todas as despesas trabalhistas decorrentes da execução do objeto;
- b. Responsabilidade por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato. A fiscalização ou o acompanhamento do contrato pela Administração não exclui ou reduz a responsabilidade do contratado.
- c. Manutenção dos seus empregados devidamente identificados com crachá e uniforme com logo do Poder Judiciário do Estado de Goiás e a informação “A serviço do Poder Judiciário do Estado de Goiás”. A CONTRATADA deve ceder o crachá e o uniforme a todos os seus profissionais que adentrem as dependências do TRIBUNAL e arcar com todas as despesas decorrentes da aquisição. Fica livre para as empresas escolherem o modelo do uniforme, bem como sua cor e tecido, desde que seja composto de calça jeans, camisa polo e tênis/sapato, sendo vedado o uso de boné ou chapéu;
- d. Substituir imediatamente os seus empregados caso sejam considerados inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do TRIBUNAL ou ao interesse do

Esse documento foi assinado por Karina Boner Léo Silva e Tatiane Araujo Pereira. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/D2XZP-M3Q4W-ZR79V-88ZFA>

Av. Assis Chateaubriand, 195, St. Oeste, Goiânia Goiás – CEP 74130-011 – Telefone (62) 3236-5201 - [www.tjgo.jus.br](http://www.tjgo.jus.br)

Assinado digitalmente por: RODRIGO LEANDRO DA SILVA, DIRETOR(A) GERAL, em 04/02/2022 às 14:24.

Para validar este documento informe o código 494187854938 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>





## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria-Geral

serviço público, nos termos das normas internas do TRIBUNAL;

e. Fornecer em qualquer época, as informações e os esclarecimentos técnicos solicitados pelo TRIBUNAL sobre a execução do contrato;

f. Sanar em tempo hábil todas as irregularidades apontadas pela fiscalização;

g. Responsabilidade por despesas decorrentes de infração praticadas por seus empregados nas instalações da Administração;

h. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRIBUNAL ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido. O Termo de Confidencialidade, apresentado no Anexo VIII do Termo de Referência, deverá ser assinado pela CONTRATADA;

i. Caso haja a necessidade de alocar equipamentos de informática de propriedade da empresa CONTRATADA nas dependências do TRIBUNAL, como notebooks, os mesmos deverão, obrigatoriamente, antes de se conectar com a rede interna, estar de acordo com as políticas de segurança interna do TRIBUNAL;

j. Comunicar à Administração por escrito e em tempo hábil, qualquer anormalidade que esteja impedindo a execução contratual, prestando os esclarecimentos julgados necessários;

l. Faturar somente os valores referentes as solicitações de serviço de atendimento de 1º, 2º e 3º nível medidas em UST's e efetivamente concluídas, atestadas e aceitas pela equipe de fiscalização do contrato;

m. Comunicar a equipe de fiscalização qualquer anormalidade verificada na entrega das tarefas e prestar os devidos esclarecimentos quando solicitado;

n. Entregar os serviços de acordo com as características, quantidades e prazos especificados no Edital de Licitação.

### 6.2. O CONTRATANTE deve:

a. Nomear um ou mais servidores para equipe de fiscalização e acompanhamento da entrega dos bens. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA em relação ao acordado;

b. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser





## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria-Geral

solicitados pela CONTRATADA;

**c.** Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou representante da CONTRATADA, que embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

**d.** Inspeccionar, dentro dos prazos estabelecidos, os objetos fornecidos pela CONTRATADA e verificar a conformidade dos mesmos com o Termo de Referência;

**e.** Efetuar as solicitações de atendimento técnico e avaliar sua execução, promovendo as medidas cabíveis para que os objetos sejam executados em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência;

**f.** Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos documentos que o integram;

**g.** Comunicar imediatamente a CONTRATADA via central de serviços ou ainda através de ofício, a respeito de quaisquer incidentes relacionados aos objetos do Termo de Referência.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades:

**I.** Advertência;

**II.** Multa;

**III.** Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

**IV.** Descredenciamento do sistema de cadastramento de fornecedores.

**§1º.** O Tribunal de Justiça, na quantificação da pena de multa, observará o seguinte:

**I.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

**II.** multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria-Geral

parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

**III.** Multa de até 0,7% (zero vírgula sete por cento) sobre o valor da parte do fornecimento e/ou do serviço não realizado, ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo;

**IV.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor inadimplente do contrato/saldo remanescente do contrato, em caso de descumprimento parcial da obrigação.

**§2º.** Sem prejuízo das multas aplicadas, poderá a Administração, ao seu interesse, rescindir o contrato em caso de atraso superior ao sexagésimo dia sobre o fornecimento parcial ou integral do objeto ou etapa do cronograma físico da obra não cumprido, se for o caso;

**§3º.** As multas serão descontadas de qualquer crédito da empresa contratada. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a contratada deverá recolhê-las nos prazos que o Tribunal de Justiça determinar ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**§4º.** A penalidade de multa, que poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, e a sua cobrança, não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

**§5º.** O impedimento de contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios será graduado pelos seguintes prazos:

**I.** 6 (seis) meses, nos casos de:

**a)** Aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que a CONTRATADA tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

**b)** Alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria/materiais fornecidos.

**II.** 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução do objeto, do serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

**III.** 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

**a)** Entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

**b)** Paralisação de serviço ou do fornecimento de bens sem justa





## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria-Geral

fundamentação e prévia comunicação à Administração;

c) Praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;

d) Sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;

e) Recusar a retirada da nota de empenho ou assinatura do contrato no prazo estabelecido, sem justa causa.

**§6.** O fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, será aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal ou Municípios, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sendo descredenciado do Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

**§7º.** O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

**8.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666 de 1993.

**8.2.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

O valor constante deste contrato é fixo, porém reajustável anualmente mediante requerimento da CONTRATADA, observado o interregno mínimo de um ano,

Esse documento foi assinado por Karina Boner Léo Silva e Tatiane Araujo Pereira. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/D2XZP-M3Q4W-ZR79V-88ZF>

Av. Assis Chateaubriand, 195, St. Oeste, Goiânia Goiás – CEP 74130-011 – Telefone (62) 3236-5201 - [www.tjgo.jus.br](http://www.tjgo.jus.br)

Assinado digitalmente por: RODRIGO LEANDRO DA SILVA, DIRETOR(A) GERAL, em 04/02/2022 às 14:24.

Para validar este documento informe o código 494187854938 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>





## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria-Geral

contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, em obediência ao comando do art. 40, XI e art. 55, III, ambos da Lei nº 8.666/93, c/c arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192/2001, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

**10.1.** São motivos para a rescisão do presente Contrato os elencados no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, que obedecerá às disposições dos artigos 79 e 80 do citado diploma legal.

**10.2.** A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao contratante, além das sanções previstas neste instrumento.

**10.3.** O presente instrumento pode ser rescindido unilateralmente pelo Tribunal de Justiça antes do prazo estabelecido, mediante comunicação prévia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitando o contraditório e a ampla defesa.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA, LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, PRAZO DE ENTREGA, GESTÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

**11.1.** O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e das vantagens para a Administração quanto à continuidade do Contrato, para cada exercício financeiro, nos termos do artigo 57, IV da Lei nº 8.666/93.

**11.2.** Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

**11.3.** Os serviços deverão iniciar em até 90 (noventa) dias corridos após a assinatura do contrato e se darão após reuniões de alinhamento e definições iniciais das atividades entre a equipe do TRIBUNAL e a CONTRATADA. Dentro desse período de 90 dias deverá ser cumprido o Plano de Inserção da Contratada, conforme discriminado no Anexo V do Termo de Referência.

Esse documento foi assinado por Karina Boner Léo Silva e Tatiane Araujo Pereira. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/D2XZP-M3Q4W-ZR79V-88ZF8>

Av. Assis Chateaubriand, 195, St. Oeste, Goiânia Goiás – CEP 74130-011 – Telefone (62) 3236-5201 - [www.tjgo.jus.br](http://www.tjgo.jus.br)

Assinado digitalmente por: RODRIGO LEANDRO DA SILVA, DIRETOR(A) GERAL, em 04/02/2022 às 14:24.

Para validar este documento informe o código 494187854938 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>





## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria-Geral

**11.4.** Uma vez assinado o contrato, todos os serviços constantes no Termo de Referência deverão ser realizados nas 127 Comarcas do Estado de Goiás, cujo endereços podem ser localizados no site do TRIBUNAL e acessado através da seguinte página: <https://www.tjgo.jus.br/index.php/institucional/comarcas>.

**11.5.** A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e gestão dos seguintes integrantes:

| Função   | Servidor                         | Matrícula |
|--|----------------------------------|-----------|
| Gestor do Contrato, Fiscal Demandante e administrativo | Valdemar Ribeiro da Silva Júnior | 5087210   |
| Fiscais Técnicos                                       | Danilo Tavares de Freitas        | 5124883   |
|  | Frederico Silvério Duarte        | 5132541   |
|  | Leandro Domingues Guimarães      | 5134382   |
|  | Leonardo Jacob de Lima           | 5103185   |
|  | Marcus Vinícius Gonzaga Ferreira | 5118190   |
|  | Maurício Gebrim                  | 5020611   |

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO E INDICADORES DE DESEMPENHO.

A CONTRATADA deve observar e cumprir as especificações contidas no item “G”, do anexo I do Termo de Referência.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação, salvo autorização do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBORDINAÇÃO LEGAL

As partes submetem-se às condições ora acordadas, aos ditames da Lei nº 8.666/1993, da Lei Estadual nº 17.928/2012, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e da legislação comum, que se aplicará, inclusive, aos casos omissos.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria-Geral

do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas que porventura surgirem em decorrência da execução do presente contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA

A assinatura do presente instrumento poderá ser realizada eletronicamente e/ou digitalmente conforme previsão contida no artigo 6º, da Portaria nº 32/2020 – DG/TJGO, publicada no dia 30.3.2020, caso seja interesse da Administração, sem implicação de nenhum ônus adicional, garantida a eficácia das Cláusulas.

E por estarem justas e combinadas, as partes assinam o presente instrumento.

Goiânia, *datado e assinado digitalmente*.

**Rodrigo Leandro da Silva**  
CONTRATANTE

Assinado eletronicamente por:  
Karina Boner Léo Silva  
CPF: 003.064.231-03  
Data: 07/02/2022 16:07:09 -03:00

sfa

**karina Boner Léo Silva**  
CONTRATADA

Assinado eletronicamente por:  
Tatiane Araujo Pereira  
CPF: 007.291.271-50  
Data: 07/02/2022 16:39:15 -03:00

sfa

**Tatiane Araújo Pereira**  
CONTRATADA

Esse documento foi assinado por Karina Boner Léo Silva e Tatiane Araujo Pereira. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/D2XZP-M3Q4W-ZR79V-88ZFA>

Av. Assis Chateaubriand, 195, St. Oeste, Goiânia Goiás – CEP 74130-011 – Telefone (62) 3236-5201 - [www.tjgo.jus.br](http://www.tjgo.jus.br)

Assinado digitalmente por: RODRIGO LEANDRO DA SILVA, DIRETOR(A) GERAL, em 04/02/2022 às 14:24.

Para validar este documento informe o código 494187854938 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>



## ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 494187854938 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202112000310065

**RODRIGO LEANDRO DA SILVA**

DIRETOR(A) GERAL

DIRETORIA GERAL

Assinatura CONFIRMADA em 04/02/2022 às 14:24





## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: D2XZP-M3Q4W-ZR79V-88ZFA

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ Karina Boner Léo Silva (CPF 003.064.231-03) em 07/02/2022 16:07 - Assinado eletronicamente

|  |                                       |
|--|---------------------------------------|
| Endereço IP                                  | Geolocalização                        |
| 200.173.250.49                               | Lat: -15,780748      Long: -47,886176 |
|  | Precisão: 36 (metros)                 |
| Autenticação                                 | karina.boner@globalweb.com.br         |
| Email verificado                             |                                       |
| gedYPI6nd7v5/Cx2iGpOvo2BoVwEMNddnDDtFwrjMPM= |                                       |
| SHA-256                                      |                                       |

- ✓ Tatiane Araujo Pereira (CPF 007.291.271-50) em 07/02/2022 16:39 - Assinado eletronicamente

|  |                          |
|--|--------------------------|
| Endereço IP                                  | Geolocalização           |
| 179.102.225.44                               | Não disponível           |
| Autenticação                                 | tatiane.araujo@email.com |
| Email verificado                             |                          |
| 7BD5VfIO+PCLIUxC8PLpwVJ7aXvV/Hrcd5CA1a3A9z0= |                          |
| SHA-256                                      |                          |



Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/D2XZP-M3Q4W-ZR79V-88ZFA>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://signer.assinadorsfa.com.br/validate>